

**ORALIDADE INVEROSSÍMIL E ROMANCE GRÁFICO:
A TRADUÇÃO BRASILEIRA DE AYA DE YOPOUGON**

Marcos Bagno*

RESUMO: Com base nos conceitos de *oralidade fingida*, *oralidade (in)verossímil* e *hibridismo de normas*, empreende-se uma análise crítica da tradução brasileira do romance gráfico *Aya de Yopougon*. Para tanto, recorre-se ao amplo volume de pesquisa sociolinguística empreendida sobre o português brasileiro nos últimos quarenta anos para confrontar a realidade dos usos linguísticos na fala normal com as opções feitas na tradução, ainda muito subservientes a um padrão normativo obsoleto.

PALAVRAS-CHAVE: oralidade fingida; romance gráfico; hibridismo de normas; tradução; português brasileiro.

ABSTRACT: By applying the concepts of *fictional orality*, *(un)plausible orality* and *hybridity of norms*, we put under critical analysis the Brazilian translation of the graphic novel *Aya de Yopougon*. For that, we exploit the vast amount of sociolinguistic research undertaken about Brazilian Portuguese along the last forty years in order to confront the reality of language uses in normal speech to the choices made in the translation, still too much attached to an obsolete normative language pattern.

KEYWORDS: fictional orality; graphic novel; hybridism of norms; translation; Brazilian Portuguese.

Introdução: oralidade e ficção

A tradução de romances gráficos é um terreno muito fértil para investigações de natureza teórica e prática muito diversificadas, dada a própria natureza multissemiótica desse gênero artístico. As complexas relações entre o material linguístico e o material pictórico; a produção da obra por uma única pessoa (responsável pelo texto e pelo desenho) ou por mais de uma, e suas consequências para a noção de *autoria*; os incontornáveis aspectos de ordem *cultural* e seus desafios para a tradução; a transposição gráfica de obras literárias; a análise do *discurso* consubstanciado no texto e nas imagens – esses são alguns dos muitos focos importantes sob os quais se poderia empreender estudos da tradução de romances gráficos.

Aqui, no entanto, vamos trabalhar numa perspectiva *sociolinguística*, que levará em conta exclusivamente o *texto verbal*, ou seja, a *língua* em suas propriedades *sintático-*

* Professor do Instituto de Letras da Universidade de Brasília (UnB), colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF), autor, entre outros, de *Gramática pedagógica do português brasileiro* (2012) e *Dicionário crítico de sociolinguística* (2017). Endereço eletrônico: bagno.marcos@gmail.com.

semântico-pragmáticas, conforme as perspectivas já clássicas das teorias linguísticas rotuladas genericamente de *funcionalistas* (Neves, 1997). Será *sociolinguística* porque se interessará por questões como a relação entre *fala* e *escrita*, os *registros* (ou *estilos*) e seu grau de *monitoramento*, o emprego de *variantes diastráticas* (isto é, usos linguísticos que variam de acordo com a *classe social*), as dinâmicas da *interação* no uso da língua etc. É também sociolinguística – em sentido mais amplo e, por isso, mais próximo da chamada *sociologia da linguagem* – ao recorrer à noção de *norma*, fundamental para o entendimento das relações de *controle social* por meio da linguagem.

A sociolinguística é uma disciplina eminentemente *empírica*, ou seja, trabalha com *dados da língua falada* obtidos em campo, por meio de gravação em mídias mecânicas e/ou eletrônicas, junto a informantes previamente selecionados e de acordo com uma rigorosa metodologia de coleta. Seu trabalho gira em torno de dois eixos – a *variação* e a *mudança* – e das imbricações entre eles, tendo como pano de fundo a estrutura da sociedade. Embora mais recentemente a investigação dos fenômenos de variação e mudança também venha se concentrando nos usos *escritos* (cf. Bagno, 2000; 2001), a *fala* continua a ser privilegiada nos estudos feitos nessa perspectiva.

No caso de um romance gráfico, como o que nos ocupa aqui, é evidente que o texto a ser analisado *não é uma fala autêntica*, mas, sim, uma *representação da fala*, uma tentativa de recriação artística – com finalidades puramente estéticas e nunca de documentação fiel – de um universo social específico. Trata-se do que Carsten Sinner designa pelo termo *oralidade fingida*, que ele assim define (Sinner, 2011: 224, nota 3):

Entendemos por oralidade fingida o tipo de oralidade criada por um autor num romance, conto, história em quadrinhos etc., por um roteirista numa obra fílmica ou radiofônica, pelo tradutor e adaptador na dublagem de filmes etc. Não coincide com a língua oral real já que não pode ser considerada como simples modelagem da linguagem coloquial, mas evoca contextos orais mediante a seleção de determinados traços típicos da oralidade ou de recursos convencionalmente usados para representar a oralidade na ficção. É costume seguir-se, portanto, uma tradição de modelagem da oralidade fingida.

Convém ressaltar que o adjetivo *fingida*, que qualifica *oralidade* nesse conceito, não pretende emitir nenhum julgamento pejorativo, como em seus sinônimos habituais “falsa”, “dissimulada”, “enganadora” etc. *Fingida* equivale, aqui, a *ficcional* – são termos derivados do verbo latino *fingĕre*:

1. Modelar em barro; formar como qualquer substância plástica; formar; representar; esculpir.
2. Fazer; criar; produzir, compor (uma obra literária).
3. Reproduzir os traços de; representar.
4. Tocar de leve; acariciar.
5. Apertar; ajustar; adaptar; dispor.
6. Imaginar; fingir; disfarçar; supor; dissimular; inventar; meditar; preparar; aprestar.
7. Fazer; tornar.
8. Formar; instruir; dominar; vencer. (Torrinha, 1984: 337)

Como se vê, na evolução do latim para as línguas românicas, o sentido abstrato, que, no dicionário, aparece somente como sexto conjunto de acepções, tomou a dianteira e se tornou o mais usual naquelas línguas, como o português/espanhol/catalão *fingir*, o francês *feindre*, o italiano *fingere* etc. O participio passado desse verbo latino é *fictus*, e é dessa

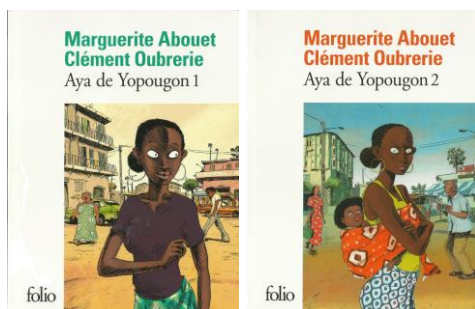
raiz *fict-* que surgiram, em português, *ficção*, *ficcional*, *fictício* etc. Da mesma família morfológica é a raiz *fig-*, que comparece em *figura* e toda a sua vasta derivação.

Decerto, foi com a consciência do significado mais remoto de *fingir* que Sinner associou *oralidade fingida* a “modelagem”, termo que escolhemos para traduzir *plasmación*, empregado no texto-fonte, escrito em espanhol.

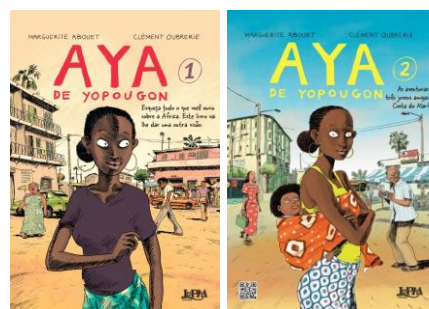
A oralidade *fingida* pode não ser – aliás, não tem como ser – uma representação fiel das práticas reais de uso da fala em interações sociais autênticas. No entanto, para cumprir as chamadas *condições de felicidade*[†] da teoria dos atos de fala, ela precisa atingir o mais alto grau possível de *verossimilhança*. Por isso, neste trabalho, vamos associar a tradução da *oralidade fingida*, consubstanciada no texto de partida, à *oralidade (in)verossímil*, plasmada no texto de chegada. O grau de (in)verossimilhança da oralidade representada na tradução será medido com base nos conhecimentos acumulados pela pesquisa sociolinguística que, há mais de quarenta anos, vem promovendo uma descrição cada vez mais acurada e precisa do português brasileiro (doravante PB) em suas mais diversas variedades (regionais, sociais, etárias, profissionais etc.). Esses conhecimentos advindos da pesquisa empírica serão contrastados com a representação de *norma* que transparece no texto traduzido.

1. *Aya de Yopougon*

O objeto de nossa análise serão os dois volumes de *Aya de Yopougon*, referidos a seguir como AY-1 e AY-2, publicados no Brasil por L&PM Editores, respectivamente em 2011 e 2012.



Capas das edições francesas que utilizamos



Capas das edições brasileiras que utilizamos

Aya de Yopougon é uma série de romances gráficos com texto de Marguerite Abouet (nascida na Costa do Marfim em 1971 e atualmente radicada na França) e desenho de Clément Oubrerie (francês, nascido em 1966). Na França, a série foi lançada inicialmente em seis fascículos, mais tarde reunidos em dois volumes com a integralidade da obra. No Brasil, até o momento, só os dois

[†] Na teoria dos atos de fala de John Austin (1962), as *condições de felicidade* são os critérios que precisam ser satisfeitos para que um enunciado performativo seja bem-sucedido. Atos de fala como promessa, ameaça, solicitação etc. precisam estar formatados adequadamente, em termos linguísticos e extralinguísticos, para que possam ser corretamente interpretados como tais pelo interlocutor a quem são dirigidos.

primeiros fascículos foram traduzidos e publicados. De todo modo, esse lançamento representou uma abertura, ainda que mínima, à produção de uma mulher, negra e africana no universo dos romances gráficos, dominado quase integralmente por homens, brancos, europeus ou estadunidenses. As edições francesas que nos serviram de fonte são *Aya de Yopougon 1* (2005) e *Aya de Yopougon 2* (2006), ambas publicadas por Gallimard/Folio[‡].

A história se passa em Abidjan, maior cidade da Costa do Marfim, situada no litoral atlântico, e antiga capital do país (transferida em 1983 para Yamoussoukro, no interior), com foco no bairro de Yopougon, apelidado *Yop City* por seus moradores, uma zona residencial de classe média baixa, com um setor industrial, conhecida por suas centenas de *maquis*, restaurantes ao ar livre onde também se pode dançar e que participam como cenário recorrente do romance gráfico. A ação começa a se desenrolar no ano de 1978, o que explica a ausência de elementos da vida contemporânea como telefones celulares e computadores, mas se abre com a primeira campanha publicitária transmitida pela televisão na Costa do Marfim. O país, na época, ainda estava sob a presidência de Félix Houphouët-Boigny (1905-1993), responsável pela independência da ex-colônia francesa, e que governará a Costa do Marfim de 1960 até sua morte. Figura de destaque na política africana, tido como uma espécie de “pai da pátria” pelos marfinenses, Houphouët-Boigny é citado diversas vezes em *Aya de Yopougon* como fonte de sabedoria, por meio de ditos sentenciosos atribuídos a ele, e como homem rico e poderoso.

A heroína-epônima, Aya, é uma jovem de 19 anos que vive na casa dos pais, com um irmão pré-adolescente, Fanfana, e uma irmã pequena, que está aprendendo a falar, Akissi. Também mora na casa Félicité, uma jovem de 22 anos, vinda do interior, e que serve de babá para as crianças menores. A narrativa é conduzida em primeira pessoa por Aya, o que levaria a esperar que ela somente relatasse os eventos e situações que testemunhou pessoalmente, mas não é o caso: o foco narrativo se desloca para vários outros ambientes em que Aya não está presente e envolve diversos personagens alheios à família dela e a seu círculo de amizades.

As aventuras são vividas por Aya e por duas de suas melhores amigas, Bintou e Adjoua, da mesma faixa de idade, bem como pelos núcleos familiares das três jovens, todos residentes em Yopougon. Ao contrário de Bintou e Adjoua, que não dão importância aos estudos e que só vislumbram seu futuro como mulheres casadas vivendo à sombra dos maridos, Aya tem pretensões de se tornar médica e faz todos os esforços para ter sucesso na escola. As três jovens são muito bonitas e atraem o interesse dos homens de todas as idades. Esse, por sinal, é um tema recorrente no romance gráfico: o verdadeiro assédio que as jovens sofrem na rua da parte não só de homens de sua idade, como também de homens mais velhos, casados e pais de família. Bintou e Adjoua já experimentam uma vida sexual ativa, enquanto Aya não menciona nenhum relacionamento de qualquer tipo em que esteja envolvida, mais preocupada com os estudos, em cuidar da família e ajudar as amigas a se livrarem das sucessivas confusões em que se metem.

[‡] *Aya de Yopougon* também recebeu uma versão cinematográfica, realizada pelos próprios autores (M. Abouet e C. Oubrierie), lançada em 2013 em DVD e premiada com o César de melhor filme de animação de 2012.

No que diz respeito à *oralidade fingida* presente em *Aya de Yopougon*, é possível dizer que Marguerite Abouet foi bem-sucedida na produção de um texto de fácil acesso para os leitores nativos de língua francesa e, ao mesmo tempo, temperado com pitadas de vocabulário marfinense, vocabulário que é elucidado num glossário no final de cada fascículo na edição francesa e que, na tradução brasileira, mereceu notas de rodapé a cada ocorrência das palavras. O principal recurso da autora para caracterizar suas personagens como habitantes de Abidjan é o emprego das interjeições *dêh* e *kêh*, que aparecem praticamente a cada página e na fala de quase todas as pessoas, juntamente com *ô*. Essas interjeições foram reproduzidas, inclusive em sua grafia, na tradução brasileira, uma opção que, a nosso ver, não se justifica: para um leitor de língua francesa, *dêh* e *kêh* podem causar uma dose de “estranhamento” e “cor local”, desejável para que o texto se firme em sua recepção como produzido fora da França, num país francófono da África, enquanto que para leitores brasileiros o uso dessas interjeições não tem como obter o mesmo efeito e poderiam ter sido substituídas por interjeições características brasileiras.

No que diz respeito à *competência linguística* das personagens, Marguerite Abouet tenta mostrar as diferenças que existem, no domínio do francês, da parte das diferentes camadas sociais de Abidjan. Embora seja a língua oficial do país, o francês não é a língua materna da maioria dos marfinenses, sobretudo os que vivem longe dos grandes centros urbanos. Segundo dados da OIF (Organisation internationale de la francophonie)[§], pouco mais de um terço da população total do país (21,5 milhões em 2010) têm domínio pleno da língua francesa (34%, ou seja, 7,2 milhões). Em Abidjan, porém, essa porcentagem sobe para 69% da população da cidade (7,35 milhões em 2014). Existem mais de cem línguas diferentes faladas na Costa do Marfim, das quais as mais utilizadas são o diúla, o senufo, o baulê e o betê. A taxa de analfabetismo do país é de 56,8%, mas ela cai para 30% em Abidjan. Uma vez que o francês é língua *oficial*, mas não língua *materna*, sua aquisição depende em ampla medida da escolarização formal. Segundo dados da Unesco^{**} (2015), a alfabetização na Costa do Marfim alcançava somente 43,2% da população maior de 15 anos de idade, com uma diferença gritante entre homens e mulheres: desses alfabetizados, 67,3% eram do sexo masculino contra 32,7% do feminino. É fácil supor que em 1978, época em que se situa a história de *Aya de Yopougon*, essas taxas e essas disparidades deviam ser ainda mais dramáticas.

Em alguns momentos da narrativa, o domínio do francês aparece como elemento que põe em confronto as personagens. Aya, por exemplo, que tem apreço pelos estudos, exhibe uma excelente competência da língua, enquanto suas amigas Bintou e Adjoua, ao contrário de Aya, só ambicionam seguir o que chamam de *série C*: “*coiffure, couture et chasse au mari*” (“Série C: cabelo, costura e caça ao marido”, na tradução brasileira). Elas acusam Aya de usar esse conhecimento para humilhá-las ou dificultar o entendimento do que ela pretende dizer, como se vê abaixo (AY-1, p. 49)^{††}:

[§] <http://www.francophonie.org/Cote-d-Ivoire-100.html>, acesso em 23 de janeiro de 2017.

^{**} <http://uis.unesco.org/en/country/ci>, acesso em 23 de janeiro de 2017.

^{††} A numeração das páginas é idêntica nas publicações francesa e na brasileira, de modo que as indicações valem para ambas.



A tradução brasileira preferiu contornar essa questão, substituindo a competência em língua francesa por um conhecimento de natureza meramente lexical (“vocabulário”):



O domínio menos proficiente do francês aparece sobretudo nas falas de Félicité, uma jovem vinda do interior que trabalha de babá na casa de Aya, e de Hervé, primo adolescente de Bintou que mora na casa dela. Félicité frequenta a escola, ao passo que Hervé é totalmente iletrado. Numa das falas de Félicité aparece a forma grafada *kekun*, tentativa de reproduzir uma pronúncia incorreta do pronome indefinido *quelqu'un* (“alguém”) (AY-1, p. 51). Esse detalhe passou despercebido na tradução brasileira, em que a palavra *kekun* se repete, como se fosse o nome de uma pessoa ainda desconhecida do leitor que, no final, é simplesmente Adjoua, uma das personagens principais da história.



As falas em francês truncado de Félicité não mereceram tratamento especial na tradução brasileira. Ao contrário, como se discutirá mais adiante, a oralidade inverossímil modelada na tradução ocorre na fala de todas as personagens, sem distinção de classe social ou nível de instrução.

Quanto a Hervé, sua paixão pouco dissimulada por Aya acaba por levá-lo a acatar as sugestões que ela lhe faz de procurar um emprego: ele se torna mecânico numa oficina de conserto de automóveis. Seu trabalho ali é tão bom que o proprietário, velho e doente, decide fazer de Hervé seu sócio. Para isso, no entanto, Hervé terá de aprender *papier de blancs* (“papel de brancos”), isto é, a ler e a escrever. Ele recorre então a Aya, que aceita alfabetizá-lo.

2. Língua, norma e representação de norma: o hibridismo inevitável

Para um bom entendimento do que se segue, é fundamental ter em mente uma distinção terminológica referente ao conceito de *norma linguística*. Os estudiosos da dinâmica social da linguagem se esforçam há bom tempo por delimitar o que é do domínio do *normativo* e o que é do domínio do *normal*. Esse esforço já estava presente, por exemplo, num artigo hoje clássico de Alain Rey, publicado em 1972:

Antes de toda tentativa de definir a “norma”, a consideração lexicológica mínima descobre por trás do termo dois conceitos, um atinente à observação, o outro à elaboração de um sistema de valores; um correspondente a uma situação objetiva e estatística, o outro a um feixe de intenções subjetivas. A mesma palavra, utilizada sem precaução, corresponde ao mesmo tempo à ideia de média, de frequência, de tendência geralmente e habitualmente realizada, e à de conformidade a uma regra, de juízo de valor, de finalidade designada. (Rey [1972], 2001: 116).

A partir dos anos 1990, linguistas brasileiros também começaram a se empenhar nessa delimitação terminológica (cf. Lucchesi, 1994; Mattos e Silva, 1995; Britto, 1997; Bagno, 2003; Faraco, 2008), considerada por eles incontornável para a adequada análise das dinâmicas linguísticas da sociedade brasileira e, principalmente, para um planejamento realista do ensino de língua na escola. Para isso, fizeram o termo *norma* se acompanhar de dois qualificativos diferentes:

1. *norma-padrão*: modelo idealizado de língua “correta”, inspirado no uso dos escritores consagrados, sem consideração de outros usos possíveis da língua, sobretudo os usos falados; não corresponde a nenhuma variedade linguística empiricamente coletável; vem descrito e prescrito nos compêndios gramaticais produzidos por filólogos fundamentados na doutrina gramatical tradicional.
2. *norma culta*: conjunto de variedades linguísticas reais, empregadas pelos falantes classificados de *cultos*, isto é, com elevado grau de letramento (ensino superior completo) e vivência urbana; apresenta variação geográfica, mas também exhibe alto grau de homogeneidade; é apreendida sobretudo nos usos falados menos monitorados, mas também influencia a escrita de gêneros textuais mais monitorados.

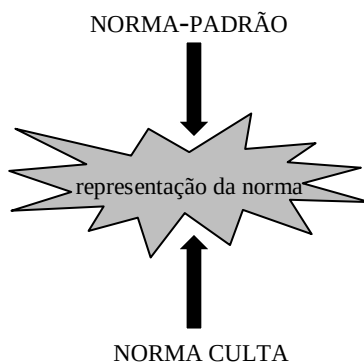
Não se pode confundir, portanto, *norma-padrão* e *norma culta*, embora essa confusão reine no discurso do senso comum sobre a língua e, infelizmente, também no de pessoas que, vinculadas ao campo da língua e seu ensino, não buscam fundamentação teórica mais atualizada no trabalho dos pesquisadores que se dedicam a essas questões.

Um exemplo basta para demonstrar essas diferenças. O uso do pronome oblíquo *te* em correferência com o pronome sujeito *você* é veementemente censurado pelas instâncias da *norma-padrão*, que classificam esse uso pejorativamente de “mistura de tratamento”. Uma afirmação como “*você sabe que eu te amo*” é condenada como erro naquelas instâncias. As pesquisas sociolinguísticas já provaram e comprovaram, no entanto, que essa correferência constitui a prática preferencial no PB (Duarte; Ramos, 2015: 187), ao lado da correferência *você* → *lhe*, em variedades específicas em que o pronome *lhe* é utilizado (como objeto direto tanto quanto indireto). Com isso, podemos dizer sem equívoco que “*você sabe que eu te amo*” pertence à *norma culta* brasileira contemporânea. A forma prevista pela norma-padrão, “*você sabe que eu o/a amo*”, tem probabilidade nula de ocorrência na fala brasileira de qualquer indivíduo, independentemente de classe social, idade, origem geográfica, profissão etc.

Por ser um construto sociocultural e nunca uma variedade linguística real, a norma-padrão é *reconhecida* pelos falantes, mas nunca totalmente *conhecida* por eles, até porque mesmo entre os gramáticos normativistas as prescrições apresentam graus variados de maior ou menor tolerância. O caráter eminentemente anacrônico do padrão faz que ele seja antes

de mais nada *contraintuitivo*, isto é, refratário à intuição linguística do falante nativo, pleno conhecedor da verdadeira gramática de sua língua, gramática intrinsecamente diferente das regras prescritas no padrão. Essas regras prescrevem, sempre, como únicas formas “corretas”, precisamente os usos menos comuns, menos habituais, menos *normais*.

Com isso, entre a norma-padrão e a norma culta surge uma zona de tensão na qual todos os falantes, e mais intensamente os falantes urbanos letrados, se veem pressionados por duas forças opostas. O resultado é que, desconhecendo em sua integralidade o aparato normativo e, ao mesmo tempo, sujeitos à força inelutável de sua intuição linguística, esses falantes acabam por criar, cada um deles, uma *representação da norma* que é, sempre, um compósito *híbrido*, em que o normal e o normativo se interpenetram e se mesclam.



Essa *norma híbrida*, nem inteiramente *normal* nem inteiramente *normativa*, aparece nos seguintes exemplos, entre outros, da tradução brasileira de *Aya de Yopougon*:

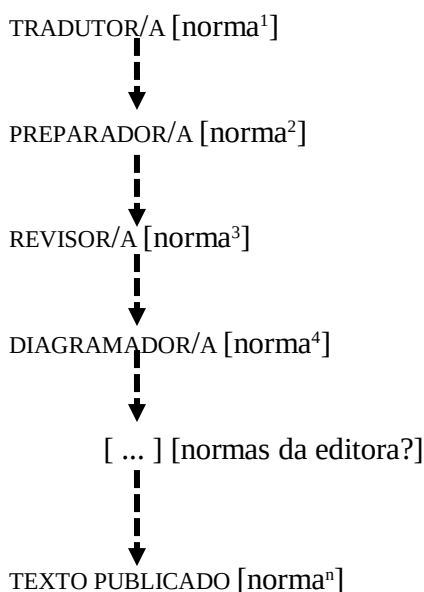
- (1) “*É que, mamãe, tem uma garota, aí, dizendo que a engravidei*” (AY-1, p. 69) → Trata-se de uma fala de Moussa, um rapaz de seus 19 anos, filho de um homem rico, que leva uma vida de *playboy*, sem preocupação com estudos ou trabalho. O uso do verbo *ter* no lugar de *haver* é censurado pela norma-padrão prescritiva tradicional, e seu emprego nessa fala de Moussa poderia servir para caracterizar o modo de falar de um jovem ao se dirigir à mãe. No entanto, o uso do clítico *a* em “*a engravidei*” configura essa fala como extremamente artificial, pois nenhum jovem brasileiro – aliás, como se verá adiante, nenhum brasileiro – empregaria esse pronome em tal situação. Além disso, a ausência do pronome-sujeito *eu* também descaracteriza os usos mais autênticos do PB, uma língua em que a realização fonológica do sujeito já se tornou praticamente obrigatória. Mais verossímil, e sem hibridismos, seria algo como: “*É que, mamãe, tem uma garota, aí, dizendo que eu engravidei ela*”.
- (2) “*Mas você o está alimentando bem! Veja como está gordo!*” (AY-2, p. 73) → Quem fala aqui é Mamadou, um rapaz muito bonito, de família pobre, namorador mas nada disposto a compromissos, sem trabalho fixo. Ele se dirige a Adjoua, a jovem que deu à luz Bobby, filho de ambos, fruto de uma relação casual. Aqui, como no exemplo anterior, o emprego do clítico *o* torna inverossímil a fala de um jovem com essas características sociais. E, também como em (1), o apagamento do sujeito impede a modelagem de uma fala mais próxima da realidade dos usos. Outro aspecto é o

emprego de *está* que, como se sabe, no registro espontâneo sempre se realiza como *tá*. Essa fala se aproximaria mais da realidade dos usos se fosse, por exemplo: “*Mas você tá alimentando ele bem! Veja como ele tá gordo!*”.

- (3) “*Eu sei, mas é só o tempo de a situação se restabelecer. Por que você está tão irritado?*” (AY-2, p. 91) → É uma fala de Fanta, mãe de Aya, dirigida ao marido, Ignace. A suposta obrigação de não aglutinar a preposição *de* e o artigo definido diante de verbos no infinitivo é contestada até mesmo por um gramático de perfil conservador como Evanildo Bechara (1999: 536). Já em 1985, porém, Cunha e Cintra (1985: 203) registravam em seu compêndio que “é aconselhável que os dois elementos fiquem separados, embora não faltem exemplos de sua aglutinação na prática dos melhores escritores”. Representar a fala íntima de uma mulher ao marido com a não aglutinação é submeter-se injustificadamente a uma prescrição que é relativizada até mesmo pelos gramáticos normativistas.
- (4) “*Por favor, não o deixe fazer isso!*” / “*Espere eu ligar.*” (AY-1, 61) → São duas falas do mesmo personagem, Moussa, dirigidas à mesma interlocutora, Adjoua, num único diálogo. Quando se emprega um verbo causativo-sensitivo (*mandar, fazer, sentir, deixar, ouvir, ver* etc.) seguido de um infinitivo ou de um gerúndio, a norma-padrão prescreve o uso de pronomes no caso oblíquo: *mande-o entrar; deixa-me sair; vi-a bebendo* etc. No entanto, no PB, e há muito tempo, é muitíssimo mais usual que apareçam os pronomes no caso reto: *mande ele entrar; deixa eu sair; vi ela bebendo* etc. A tradução brasileira segue a norma-padrão na primeira ocorrência – “*não o deixe fazer isso!*” –, mas opta por uma forma não normativa na segunda – “*espere eu ligar*”. Essa segunda ocorrência contraria todas as regras prescritivas: o verbo *esperar* não faz parte da categoria dos causativos-sensitivos clássicos; para empregá-lo “corretamente” seria preciso dizer: “*espere que eu ligue*”. Ou seja, normas híbridas convivendo na mesma página.

3. Da tradução à publicação: a diversidade de agentes normatizadores

No que diz respeito às representações de norma no campo da prática tradutória, é importante nunca esquecer que, entre a tradução entregue à editora e a chegada de um livro (ou outra forma de suporte) à publicação (impressa ou *on-line*), o texto passa por diversas etapas de retextualização, constituídas pelos trabalhos de revisão, preparação, copidescagem, diagramação etc. É muito frequente também que cada editora tenha seu próprio manual de redação, com regras explícitas acerca do que pode ou não pode figurar em seus produtos. Em cada uma dessas etapas estará em ação, inevitavelmente, a *representação de norma* particular a cada um desses profissionais:



Embora a pessoa cujo nome figura como tradutora de uma obra publicada seja considerada, por esse simples fato, como responsável única e última pelo texto traduzido, é injusto que somente ela seja alvo das eventuais críticas positivas ou negativas que o trabalho venha a receber: a interferência dos outros agentes normatizadores ao longo da cadeia de produção também responde em grande medida pelo produto final que chega a público.

A não ser em raras situações, em que o tradutor goza de algum prestígio pessoal (como escritor, pesquisador ou jornalista de renome), a prática mais comum, nas casas editoriais, é interferir no texto entregue pelo tradutor sem nenhum aviso prévio nem pedido de autorização. Não é nada infrequente que um tradutor não reconheça seu próprio trabalho quando vai ler a obra publicada^{‡‡}. Por esse motivo é que sempre nos referiremos à *tradução brasileira* de *Aya de Yopougon*, usando esse rótulo coletivo para abarcar todos os agentes normatizadores responsáveis pelo texto final.

O primeiro volume da edição brasileira de *Aya de Yopougon* dá crédito de tradução a Julia da Rosa Simões, e a Elisângela Rosa dos Santos como *revisão*. O segundo volume, por seu turno, traz novamente Julia da Rosa Simões na tradução, mas Elisângela Rosa dos Santos desta vez na *preparação*, enquanto a *revisão* é creditada a Guilherme da Silva Braga.

4. A oralidade inverossímil na tradução brasileira

Conforme dito acima, a oralidade fingida plasmada por Marguerite Abouet em seu romance gráfico pode ser considerada exitosa também no que diz respeito à sua verossimilhança. Além de empregar interjeições e vocabulário característicos do francês falado em Abidjan, a autora também se vale de formas próprias do francês informal, como

^{‡‡} Como tradutor de mais de uma centena de livros publicados, posso dar testemunho pessoal dessa situação, em que muitas de minhas traduções, quando publicadas, exibiram opções sintáticas ou lexicais que jamais me ocorreriam; isso para não mencionar os erros puros e simples introduzidos à minha revelia em textos creditados a mim como tradutor. Tratei disso em Bagno (2009).

y a (por *il y a*, “há”) ou *t’es* e *t’as* (por *tu es*, “você é”, e *tu as*, “você tem”), e sinaliza o conhecimento menos proficiente da língua na fala de personagens com pouca ou nenhuma instrução formal.

O efeito obtido na obra-fonte, porém, se perdeu quase por completo na tradução brasileira, na qual se modelou uma *oralidade fingida inverossímil*. Isso se deve, primordialmente, a uma subserviência irrefletida à norma-padrão tradicional, numa atitude que sacrifica a naturalidade e a espontaneidade das falas em favor da obediência a convenções gramaticais que, postas na boca das personagens do romance gráfico, soam de uma artificialidade a toda prova.

São muitos os fatos linguísticos que poderíamos elencar para demonstrar essa inverossimilhança. Já mencionamos acima a presença exclusiva, no texto, das formas plenas do verbo *estar*, quando se sabe que, no colóquio informal brasileiro (e português também, diga-se de passagem), o que realmente se diz e se ouve são formas como *tô, tá, tão, tava, tive* etc. Destaque-se também o uso do pronome oblíquo *nos*, de uso raríssimo na fala espontânea, junto com seu alomorfe *conosco*. Aliás, o pronome *a gente*, que caracteriza o PB atual em todas as suas variedades como o mais empregado para expressar a primeira pessoa do plural, tem uma única ocorrência (AY-2, 70), enquanto em todo o resto dos dois volumes se dá o emprego exclusivo de *nós* e sua morfologia verbal. No entanto, “com base na produção científica dos últimos 30 anos, é possível afirmar que o processo de substituição de *nós* por *a gente* no PB se encontra em avançado estágio, na língua oral”, de modo que “tal fenômeno é amplamente caracterizado como mudança linguística” (Vianna; Lopes, 2015: 130). Uma concessão, mínima porém, à oralidade autêntica é o emprego, na tradução brasileira, da forma *pra* em lugar de *para* – são, no entanto, apenas dez ocorrências de *pra* nos dois volumes, contra várias dezenas de *para*.

Para sustentar, no entanto, de forma mais eloquente nossa afirmação da inverossimilhança da oralidade fingida presente na tradução brasileira de *Aya de Yopougon*, vamos examinar os seguintes fenômenos linguísticos: (1) o possessivo *seu* no lugar de *dele*; (2) futuro simples vs. futuro perifrástico; (3) uso de *ter* por *haver*; (4) modo imperativo + clítico, e (5) clíticos de 3ª pessoa.

4.1 O possessivo seu no lugar de dele

As formas possessivas *seu/sua/seus/suas* podem se referir, teoricamente, a uma pluralidade de possuidores previamente enunciados: *você, vocês, ele, ela, eles, elas, a gente*... Para evitar as ambiguidades possíveis, os falantes de PB passaram a se valer – na fala – de outros recursos: o uso das formas *dele/dela/deles/delas* para a 3ª pessoa, com reserva de *seu/sua/seus/suas* exclusivamente para referência à 2ª pessoa do singular (*você*), e de *de vocês* para a 2ª do plural. A única exceção é o emprego de *seu/sua* em construções do tipo *cada um*, como em “*nada de trabalho em grupo: cada um faz o seu*”. Fora isso, “está praticamente enterrada na língua oral a forma *seu* para terceira pessoa, [...] reservando-se a forma *seu* para a segunda pessoa semântica” (Oliveira e Silva, 1986: 180; ênfase nossa).

A tradução brasileira de *Aya de Yopougon*, no entanto, optou preferencialmente pelo uso de *seu* e flexões como possessivo de 3ª pessoa na língua falada: são 25 ocorrências contra

12 de *dele* e flexões. Isso gera diálogos de probabilidade nula no PB autêntico, como este (AY-1, 10):



A fala de Mamadou – “*Sim, sou seu primo*” – é inverossímil porque, como sabe qualquer falante de PB, a resposta mais óbvia seria: “*Sim, sou primo dela*”.

Outra situação em que o uso de *seu* em lugar de *dele* pode gerar ambiguidade de interpretação é:



A mãe de Moussa está furiosa porque o filho engravidou uma moça pobre, a quem ela qualifica de *plebeia*. Sem saber o que o termo significa, Moussa diz: “*Seu emprego não é esse, mamãe!*”. Da forma como está publicado, o leitor pode supor que Moussa está dizendo que o *emprego de sua mãe* não é esse, ou seja, que sua mãe não é uma plebeia. Se a opção tivesse sido por “*o emprego dela não é esse, mamãe*”, o humor se preservaria e não haveria risco de ambiguidade de leitura. Aliás, melhor do que *emprego* seria sem dúvida *profissão*.

Ambiguidades também podem surgir na leitura dos seguintes balões:



A jovem Bintou foi vista pelo pai a dançar num *maquis* com um homem casado, ninguém menos do que o pai de Adjoua. Furioso, o pai de Bintou mandou que Hervé, seu primo, mantivesse cerrada vigilância sobre ela. É disso que falam Aya e Adjoua. No entanto, o uso de “*seu velho*” em lugar de “*o velho dela*” corre o risco de gerar uma leitura equivocada, até porque, em seguida, Aya diz: “*ela estava com o seu pai, Adjoua*”, isto é, com o pai de Adjoua. No entanto, com o uso indiferenciado de *seu* para expressar tanto o que é *dela* quanto o que é *de você*, a confusão está sempre à espreita. E quando Adjoua se refere a “*suas histórias*”, é justo que o leitor fique na dúvida: histórias de quem? De Bintou? Do pai de Adjoua? Da mãe de Adjoua?

O emprego de *seu* em lugar de *dele* não se sustenta num texto que pretende ser a modelagem de uma oralidade fingida, a menos que se entenda *fingida* aqui em seu sentido de “falsa”, “mentirosa” etc.

4.2 Futuro simples vs. futuro perifrástico

Segundo pesquisa de Poplack (2011), 99% das expressões do futuro em português falado se realizam por meio da perífrase *ir + infinitivo*: *eu vou viajar*; *ele vai dormir*; *elas vão trabalhar* etc. A morfologia do futuro simples do indicativo – *cantarei*; *dormirá*; *chegaremos* etc. – se restringe aos gêneros escritos mais monitorados ou ao discurso oral com elevado grau de formalidade.

No que diz respeito a esse tempo verbal na tradução brasileira de *Aya de Yopougon*, parece ter havido uma mudança de opção normativa entre a produção do primeiro e a do segundo volume. No primeiro, com exceção de 4 ocorrências da foram perifrástica, todas as demais aparecem no futuro simples, como no exemplo abaixo (AY-1, p. 26):



É uma cena de violência doméstica, em que o pai de Bintou bate na filha por tê-la encontrado num *maquis* dançando com um homem mais velho, casado (o pai de Adjoua). A mãe intervém em defesa da filha. Nada sugere um contexto de interação formal, de modo que o emprego predominante do futuro simples torna essa oralidade fingida altamente inverossímil.

No segundo volume, no entanto, é o oposto que se dá: são 64 futuros que se fazem pela construção perifrástica, contra apenas dois usos do futuro simples. Essa mudança contribui, evidentemente, para conferir maior autenticidade ao discurso falado.

4.3 Uso de *ter* por *haver*

O emprego do verbo *ter* com sentido “existencial” (ou “apresentacional”) em lugar de *haver* caracteriza não só o PB como também as variedades africanas de português. Isso significa que esse emprego existiu também no português que foi levado para fora da Europa no período colonial (cf. Bagno, 2012: 625). É uma das principais características que diferenciam os usos brasileiros e portugueses da língua. Na língua falada no Brasil, *haver* como apresentacional se restringe a fórmulas cristalizadas do tipo “*o que é que há?*”. O emprego de *ter* nessas situações é praticamente categórico. E desde que Carlos Drummond de Andrade publicou, em 1925, seu célebre poema “No meio do caminho”, a barreira que impedia o uso de *ter* na literatura foi definitivamente rompida.

Isso não impediu, porém, que a tradução brasileira de *Aya de Yopougon* optasse 9 vezes pelo uso de *haver* contra 6 pelo uso de *ter*. Tal como nos demais casos, o verbo *haver* ocorre na fala de personagens de todas as classes sociais e graus de escolarização e independentemente da maior formalidade da interação. Por exemplo, ao comentar sobre o comportamento estranho da amiga Bintou, Adjoua diz a Aya: “*Ela anda estranha ultimamente. O que ela tem?*”. Ao que Aya responde: “*Não sei, ô. Deve haver um cara por trás disso tudo*”. Uma jovem brasileira como Aya, em conversa íntima com uma amiga, muito provavelmente diria “*deve ter um cara por trás disso tudo*”. O uso simultâneo de *haver* e de *cara* explícita, mais uma vez, o hibridismo de normas.

4.4 Modo imperativo seguido de clítico

Uma das mais conhecidas (e condenadas) características do PB é o emprego de clíticos (os chamados “pronomes oblíquos”) em começo de frase (próclise absoluta): “*Me disseram que você queria falar comigo*”. É um emprego documentado na língua falada no Brasil há séculos (cf. Ribeiro, 1933: 11) e, mais uma vez, uma herança do português colonial. Foram as mudanças ocorridas na língua falada em Portugal, na virada do século XVIII para o XIX, que provocaram o favorecimento da ênclise em detrimento da próclise. A próclise absoluta é regra única em espanhol e italiano e, tal como no PB, se explica por fenômenos de natureza fonotática.

Quando se trata de verbos no imperativo, a próclise é praticamente a única possibilidade de ocorrência dos clíticos no PB falado: “*Me larga!*” / “*Te cuida!*” / “*Se vira!*”. Construções como “*larga-me!*”, “*cuida-te!*” ou “*vire-se!*” soam, no mínimo, pernósticas, quando não ridículas. A tradução que nos ocupa aqui, no entanto, não se importou em estampar construções desse tipo, o que só contribui para acentuar a inverossimilhança da oralidade representada no texto. A jovem Bintou, no chão após ter sido espancada pelo pai, diz: “*Mate-me!*” (AY-1, p. 26). A mãe de Aya, querendo examinar a filha para saber se está grávida, diz, duas vezes: “*Deite-se!*” (AY-1, 53). A mãe de Moussa, dirigindo-se à empregada doméstica, diz: “*Aminata, deixe-nos*” (AY-1, 70). A mãe de Adjoua, dirigindo-se ao marido, exclama: “*Hyacinthe, acalme-se!*” (AY-2, 24). Um jovem, na rua, ao ver passar Bintou, se dirige ao companheiro e lhe diz: “*Vamos, deixe-a para mim*”. São todas situações em que, sem dúvida alguma, uma oralidade fingida mais verossímil registraria os pronomes oblíquos em próclise. E, claro, no último caso, uma construção como “*deixe ela pra mim*” soaria muito mais verossímil.

No segundo volume há 4 ocorrências de formas no imperativo com o pronome *me* em próclise: “*Me dê uma cadeira*” (p. 19); “*me dê isso*” (p. 20); “*me faça fiado*” (p. 33) e “*me dê aqui*” (p. 35). São formas muito mais próximas de uma fala brasileira autêntica.

4.5 Clíticos de 3ª pessoa

Deixamos propositadamente por último o fenômeno linguístico que, a nosso ver, contribui da forma mais eloquente para aguçar o grau de inverossimilhança da oralidade fingida da tradução brasileira de *Aya de Yopougon*. Trata-se do emprego dos clíticos *o/a/os/as* como objeto direto de 3ª pessoa: ele ocorre, salvo engano, 57 vezes nos dois volumes e é a estratégia quase exclusiva de retomada anafórica de complemento direto de 3ª pessoa – as raras exceções, 4 no total, dizem respeito ao uso da forma reta *ele(s)/ela(s)*: “*infelizmente, só tenho ele*” (AY-1, 33); “*levo ela de volta, tia*” (AY-1, 85); “*é a senhora quem vai pagar eles*” (AY-1, 88); “*deixe ele, vamos dançar*” (AY-1, 92).

A opção pelos clíticos é prejudicial à modelagem de uma oralidade fingida verossímil porque “os trabalhos realizados em diferentes regiões apontam grande semelhança no que diz respeito à *quase extinção* dos clíticos *o(s)/a(s)* e *lhe* na língua oral” (Duarte; Ramos, 2015: 193, ênfase nossa). As autoras, para chegar a essa conclusão, fazem em seu artigo uma revisão exaustiva das pesquisas empreendidas no PB sobre as estratégias de retomada anafórica de objeto direto de 3ª pessoa desde finais da década de 1970. A tabela a seguir, adaptada de Duarte e Ramos (2015: 180) sintetiza os resultados de algumas dessas investigações, empreendidas com informantes dos três níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior) em quatro estados diferentes:

Tipo de estratégia	Duarte, 1986 (SP)	Luize, 1997 (SC)	Averbug, 1998 (RJ)	Mendonça, 2004 (AL)
Clítico: <i>Eu comprei o livro, mas não o trouxe hoje.</i>	4,9%	1%	0,3%	10%
Pronome reto: <i>Eu comprei o livro, mas não trouxe ele hoje.</i>	15,4%	9%	15,1%	20%
Sintagma nominal: <i>Eu comprei o livro, mas não trouxe o livro hoje.</i>	17,1%	36%	41,5%	30%
Objeto nulo: <i>Eu comprei o livro, mas não trouxe [ø] hoje.</i>	62,6%	54%	43,1%	40%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Esses e outros resultados da pesquisa sociolinguística nos permitem afirmar sem risco de equívoco que os pronomes *o(s)/a(s)* não fazem parte da língua materna da população brasileira em geral, isto é, eles não são apreendidos pelas crianças em seu processo de aquisição natural da língua junto a seus familiares e a sua comunidade expandida: de fato, a aquisição desses pronomes depende integralmente do *letramento explícito*, de modo que só entram em contato com eles as pessoas que frequentam a escola e se apropriam da leitura e da escrita. Isso se comprova também na investigação empírica: na fala de

analfabetos plenos, os clíticos simplesmente *nunca* ocorrem (Omena, 1978; Pará, 1997). Desse modo, esses pronomes são marca registrada da *fala mais monitorada* e, evidentemente e mais ainda, da *escrita de gêneros mais monitorados*. Na fala espontânea, íntima, cotidiana é praticamente nula a probabilidade de ocorrerem, mesmo entre falantes altamente letrados.

O não emprego dos clíticos e a opção predominante pelo objeto nulo – *comprei o livro, mas não [ø] trouxe* – é um fenômeno morfossintático que diferencia radicalmente o português brasileiro, não só do português europeu, como também de todo o conjunto maior das línguas românicas. É uma das mudanças linguísticas mais extraordinárias ocorridas no PB e, por isso mesmo, alvo de intensa reflexão teórica da parte de linguistas brasileiros e estrangeiros.

Diante disso, optar pelo uso praticamente exclusivo dos clíticos para construir uma representação da língua falada – como se dá na tradução brasileira dos romances gráficos que nos ocupam aqui – é uma estratégia fadada desde o início à inverossimilhança mais flagrante, principalmente quando esses clíticos aparecem nas falas de personagens com pouca ou nenhuma instrução formal, como é o caso da jovem Félicité, babá dos irmãos de Aya, que se exprime, no texto-fonte, num francês que poderíamos chamar de truncado, mas que, na tradução brasileira, diz coisas como: “*Bobby chora sem parar. Está com fome, ô. Aya disse para você alimentá-lo*” (AY-2, 31).

Outro exemplo de oralidade fingida inverossímil é o que aparece na fala de uma mulher que, na praça do mercado, oferece seus serviços de curandeira tradicional. Quando Adjoua, sabendo-se grávida e desejando abortar, lhe diz que procura um remédio para eliminar a gravidez, a mulher responde (AY-1, 54): “*Hé! Ça là, y a pas ce médicament, ma fille*”. A isso Adjoua retruca que lhe disseram que a mulher curava tudo, ao que esta responde: “*Mais, ma fille, ça là, c’est pas maladie*”. Para moldar sua oralidade fingida, a autora optou por formas como *y a pas* em lugar de *il n’y a pas* (“não há”) e *c’est pas maladie* em lugar de *ce n’est pas une maladie* (“não é uma doença”). Ora, na fala dessa mesma mulher, na tradução brasileira, encontramos (AY-1, 55): “*Bom... como você corre o risco de morrer, vou ajudá-la*”. Conforme observamos mais acima, a correferência mais habitual no PB é *você* → *te* (“vou te ajudar”) ou, em algumas variedades regionais, *você* → *lhe* (“vou lhe ajudar”). A opção por *ajudá-la*, na fala de uma mulher do povo que exerce ofício de curandeira no mercado, resulta, mais uma vez, em patente inverossimilhança.

Conclusão



A página que reproduzimos acima (AY-2, 14) demonstra bem, esperamos, o que temos classificado até aqui de *oralidade fingida inverossímil*. A cena reúne as três amigas – Aya, Bintou e Adjoua – em conversa sobre temas muito pessoais, um tipo de interação que favorece o emprego das variantes linguísticas mais habituais na fala, menos sujeitas ao monitoramento estilístico. No entanto, diversas opções de tradução conferem aos diálogos, devido à subserviência prescritiva e ao hibridismo de normas, um caráter artificial, já que três jovens brasileiras de idade e condição social semelhantes decerto nunca se expressariam desse modo numa interação autêntica:

1. o uso do futuro do pretérito (*apareceria*) em lugar do imperfeito (*aparecia*), ou do futuro do pretérito perifrástico (*me apoiaria* → *ia me apoiar*);
2. os clíticos *-lo* e *-la* em *reconhecê-lo* e *entendê-la*;
3. o verbo *haver* em lugar de *ter*;

4. o clítico *nos*, característico de interações formais, em lugar do mais provável *a gente* (*nos deu* → *deu pra gente*);
5. o possessivo *seu* no lugar de *dele* (*seu neto* → *neto dele*).

O caso da tradução brasileira de *Aya de Yopougon*, no entanto, está muito longe de ser isolado. Já criticamos em outra oportunidade (Bagno, 2009), e até em tom de desabafo, a barreira que muitos profissionais do texto – editores, tradutores, preparadores, revisores etc. – levantam contra as características próprias do português brasileiro, tratando ainda como “erros a evitar” opções morfossintáticas presentes há quase dois séculos na nossa melhor literatura (desde o Romantismo e, mais ainda, a partir do Modernismo), muitas delas abonadas por gramáticos e dicionaristas conceituados. É uma tentativa desesperada de ser “mais realista do que o rei” e preservar a todo custo um padrão linguístico muito distante da realidade autêntica dos usos, incluindo os usos escritos mais monitorados. Esse padrão irreal e irracional é o que Faraco (2008) rotula, ironicamente, de *norma curta*, uma representação distorcida da verdadeira *norma culta* brasileira contemporânea, representação guiada pela ideologia normativa intolerante que tem caracterizado a cultura linguística brasileira desde sempre. É, nas palavras do autor,

o discurso ofensivo e debochado sobre fatos da língua, que teve e, infelizmente, continua tendo seguidores no Brasil. Um discurso que não procura entender e explicar os fatos que anota, mas se contenta apenas em condená-los — o mais das vezes sem fundamento e até em franca contradição com a própria tradição normativa registrada em dicionários e gramáticas, e com o uso culto corrente. É o discurso a que dei o nome de *norma curta* — categórico, dogmático, que se compraz em ridicularizar o falante, numa prática gratuita, desagradável e, em alguns momentos, até repugnante de violência simbólica. Espantoso é que seus juízos prevaleçam socialmente (no discurso da mídia, da escola e do senso comum em geral) sobre os instrumentos normativos fundados no estudo filológico e linguístico. Essa prevalência é, por si só, um sintoma dos descaminhos que nossa cultura tem percorrido no trato da língua e de seu ensino, descaminhos que acabam por dar espaço ao charlatanismo gramatical. (Faraco, 2016: 205)

A *norma curta* se torna ainda menos aceitável quando aparece num texto, como a tradução de *Aya de Yopougon*, que se inscreve num gênero específico, o *romance gráfico*, cuja materialidade linguística é toda ela moldada na forma de *diálogos*, isto é, de *fala*, de *interações orais*. O valor literário do romance gráfico está precisamente na sua busca por produzir uma *oralidade fingida* que, voltamos a sublinhar, não é “falsa” nem “mentirosa”, mas *fictícia*, no sentido mais positivo do termo: inventiva, criativa, artística.

A transposição para o Brasil do relevante trabalho de Marguerite Abouet e Clément Oubrerie poderia ter contribuído muito mais ainda para a difusão entre nós da cultura urbana moderna de um país africano, a Costa do Marfim, se tivesse optado por uma oralidade fingida menos inverossímil. Na capa do primeiro volume da edição brasileira vem estampado o seguinte convite: “*Esqueça tudo o que você ouviu sobre a África. Este livro vai lhe dar uma outra visão*”. Infelizmente, a tradução brasileira tomou a decisão de tentar fazer o leitor se esquecer *também* da língua que circula no cotidiano da nossa sociedade, o autêntico português brasileiro contemporâneo, ao prestar subserviência a

uma *norma curta* que não corresponde sequer aos usos cultos mais monitorados dos dias de hoje.

Referências

- ABOUE, M.; OUBRERIE, C. (2002): *Aya de Yopougon* 1. Paris: Gallimard Jeunesse.
- ABOUE, M.; OUBRERIE, C. (2005): *Aya de Yopougon* 2. Paris: Gallimard Jeunesse.
- ABOUE, M.; OUBRERIE, C. (2011): *Aya de Yopougon* 1. Trad.: Julia da Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM.
- ABOUE, M.; OUBRERIE, C. (2012): *Aya de Yopougon* 2. Trad.: Julia da Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM.
- AUSTIN, J. L. (1962): *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- BAGNO, M. (2000): *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. São Paulo: Loyola.
- BAGNO, M. (2001): *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola.
- BAGNO, M. (2003): *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola.
- BAGNO, M. (2009): Deixem eu ser brasileiro!, *Caros Amigos*, n. 14, p. 143.
- BAGNO, M. (2012): *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- BECHARA, E. (1999): *Moderna gramática portuguesa*. 39ª ed. Rio de Janeiro: YHL.
- BRITTO, L. P. L. (1997): *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas: Mercado de Letras.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. (1985): *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DUARTE, M. E. L.; RAMOS, J. (2015): Variação nas funções acusativa, dativa e reflexiva, in M. A. Martins; J. Abraçado (orgs.), *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- FARACO, C. A. (2008): *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FARACO, C. A. (2016): *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola.

- LUCCHESI, D. (1994): Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n. 12, pp. 17–28.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1995): *Contradições no ensino de português*. São Paulo: Contexto.
- NEVES, M. H. M. (1997): *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. (1986): Estertores da forma *seu* de terceira pessoa na língua oral, in G. M. Oliveira e Silva; M. M. P. Scherre (orgs.), *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- OMENA, N. P. (1978): *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. Dissertação de Mestrado em Letras. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica.
- PARÁ, M. L. (1997): *Estratégias de representação do objeto direto correferencial: um estudo variacionista*. Dissertação de Mestrado em Letras. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- POPLACK, S. (2011): Grammaticalization and linguistic variation, in H. Narrog; B. Heine (eds.), *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press.
- REY, A. ([1972] 2001): Usos, julgamentos e prescrições linguísticas, trad.: Marcos Bagno, in M. Bagno (org.), *Norma linguística*. São Paulo: Loyola.
- RIBEIRO, J. (1933): *A língua nacional*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SINNER, C. (2011): Relaciones sociales en la traducción de la oralidad fingida: formas y fórmulas de tratamiento como dificultad y problema en la traducción, in S. Roiss; C. F. Gil; M. A. R. Ariza; B. S. López; P. Z. González (eds.), *El nas vertientes de la traducción e interpretación del/al alemán*. Berlin: Frank & Timme, pp. 223–243.
- TORRINHA, F. (1984): *Dicionário latino-português*. Porto: Porto Editora.
- VIANNA, J. S.; LOPES, C. R. S. (2015): Variação dos pronomes “nós” e “a gente”, in M. A. Martins; J. Abraçado (orgs.), *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.